

A MODALIZAÇÃO DEÔNTICA EM ARTIGOS DE OPINIÃO

Tatiana Jardim Gonçalves (UFF)

RESUMO: A língua concebida como lugar de troca, de interação, em que os participantes do ato enunciativo expressam sua forma particular de ver o mundo, dispõe de categorias, de elementos que veiculam da forma mais eficiente tal subjetividade. Nesse sentido, o produtor de um enunciado pode ou não se comprometer com o que diz e, para isso, escolhe elementos que melhor marquem o seu posicionamento. Alguns desses elementos são os modalizadores, que aludem ao modo como o que se diz é dito. Nesse viés, pode-se dizer que um enunciado assume eixos argumentativos diferenciados. Dessa forma, este trabalho analisou a manifestação da modalização deôntica em artigos de opinião. A pesquisa, de cunho semântico-pragmático, baseou-se em Ducrot (1987) e Koch (1984), Koch (2003). Na análise, verificou-se que os modalizadores expressos pelos predicados cristalizados contribuem para o viés argumentativo de um enunciado, para a expressão do ponto de vista do enunciador; entretanto, pelo fato de não possuírem marca de pessoa, provocam um apagamento desse enunciador, nesse caso, é o sema do recurso lingüístico (adjetivo componente do predicado cristalizado) o elemento colaborador do viés argumentativo, o que pode ser embasado pela tese de Ducrot (1987) para quem a argumentação está inscrita na língua. O estudo da modalização extrapola, pois, o campo lingüístico e entra no campo dos juízos de valor e porque não dizer no campo das intenções das próprias esferas comunicativas, visto que quem está ligado a uma dessas esferas produz seu enunciado em consonância com os objetivos desta.

1) Introdução

A língua não é só instrumento de comunicação. Por ela, o homem interage, se representa no seio da sociedade e se relaciona com o mundo. Nesse sentido, a língua é concebida como lugar de troca, de interação, em que os participantes do ato comunicativo expressam sua forma particular de ver o mundo, o homem se insere nos enunciados e manifesta sua subjetividade.

Assim, o produtor de um enunciado pode se comprometer em maior ou menor grau com o seu dito e, para isso, escolhe elementos que melhor marquem o seu posicionamento. Entre esses elementos estão os modalizadores, que aludem ao modo como o que se diz é dito. Assim, um enunciado institui sentidos diversos, ocasionando eixos argumentativos também diversos.

Este trabalho analisou a manifestação da modalização deôntica em artigos de opinião. Tal análise foi realizada a partir dos postulados de Ducrot (1976, 1987 e 1989) e Koch (2003, 2009) o que enquadra o trabalho na perspectiva semântico-pragmática da linguagem.

2) Da língua ao discurso

O homem é, sem dúvida, um ser de língua e da língua. Pela língua, veicula suas ideias, nomeia, faz referência. Todavia, o uso da língua, faz com que a mesma passe a ser fator de interação e assim, assumida como exercício pelo indivíduo¹, é transformada e passa de língua a discurso.

¹ Benveniste (2005)

Esse discurso gera sentidos, pois, ao se apropriar da língua, o homem se posiciona e imprime nos enunciados que produz a sua marca. Dá-se, então, a subjetividade, capacidade de o locutor se posicionar como sujeito do seu discurso, instaura-se o *eu*, mas instaura-se também o *tu*, visto que só é possível haver subjetividade quando nos dirigimos a alguém. Sobre isso Benveniste (2005, p. 285) afirma que “Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.” Assim, essa troca só é possível porque ao empregar a língua, o outro, necessariamente, é evocado, a intersubjetividade é, portanto, condição da subjetividade.

Dessa forma, há o processo de semantização da língua como denomina Benveniste (2005). A língua passa a ser discurso, porque o sujeito confere sentido às suas palavras, ao seu dizer, a partir do uso, a partir da apropriação que faz das formas da língua e a partir da relação com outro. O discurso, sob este prisma, é a linguagem em uso que produz efeitos de sentido a cada momento, é a relação do locutor com a língua. Discurso é cada uso único, irrepitível que o homem faz da língua. Esses usos são o limiar da enunciação, ou seja, integram o processo de produção dos enunciados. A enunciação é o colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização.

Enunciar é apropriar-se da língua e constituir-se enquanto sujeito, mas um sujeito linguístico que pode ser identificado e recuperado através das marcas que deixa no produto de sua enunciação, isto é, no enunciado. A enunciação é, então, um ato único, irrepitível, oriundo do exercício da língua, o discurso.

3) A linguagem em ação

Como mencionado anteriormente, ao colocar a língua em uso, o locutor se institui como *eu*, mas também institui um *tu*, o alocutário. A esse respeito diz Benveniste (2005, p. 286) “A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um tu”. Então, no uso da língua, é impossível não nos dirigirmos ao outro, mesmo que imaginário, o interlocutor está presente na enunciação, é parte indissociável desse processo.

Assim, considerar a língua como atividade entre sujeitos, supõe considerar também que esta atividade provoca determinados efeitos. Esses efeitos, gerados pela interação do homem com a língua e deste com o mundo, são incluídos nos chamados aspectos semântico-pragmáticos da linguagem. Esses aspectos estão incluídos na pragmática linguística que “visa à utilização da linguagem, sua apropriação por um enunciador que se dirige a um interlocutor em um contexto determinado. Ela está preocupada com a linguagem enquanto ação, atividade humana e as relações de interlocução aí estabelecidas”. (Brandão, 2001, p.164)

Sob esse prisma, a linguagem, ao compor um enunciado, é ação não porque o locutor e o alocutário fazem com que ela seja ação; mas porque a própria linguagem, quando usada, desencadeia efeitos diversos.

Nesse ponto, é necessário mencinar o fator intencionalidade. Entretanto, na concepção de língua aqui adotada, a intenção não é psicológica, interior ao indivíduo, mas linguística; é um fator que podemos recuperar através das marcas linguísticas presentes no enunciado. A esse respeito Koch (2009, p.22) afirma que a intenção “se deixa representar de uma certa

forma no enunciado, por meio do qual se estabelece entre os interlocutores um jogo de representações, que pode corresponder ou não a uma realidade psicológica ou social”.

Destarte, esses elementos — a intenção, o locutor, o interlocutor e a situação comunicativa — engendram sentidos que manifestam conclusões, direcionamentos diversos que constituem o próprio jogo da linguagem. Nesse ponto, já estamos falando em argumentação, argumentação constituída na e pela linguagem.

Nesse viés, a linguagem em ação é a atividade que locutor e interlocutor realizam no discurso. Tal atividade institui relações que partem do interior da língua para o exterior da mesma, o que possibilita perceber os tipos de relação entre homem, linguagem e mundo.

4) A argumentação na língua

4.1) Sobre argumentação

É pela linguagem que nos representamos enquanto seres sociais, por meio dela nos comunicamos, veiculamos nossas ideias e interagimos. Esta interatividade é constituída de uma intenção, de um propósito que são expressos de maneira a influenciar o outro. Nesse sentido, ao colocarmos a língua em uso, estamos argumentando.

Falara em argumentação, entretanto, é fazer menção à antiguidade clássica e à Retórica. A Retórica floresceu na Grécia, em virtude da solidificação das atividades políticas. Foi Aristóteles quem a sistematizou. Vista pelo prisma dele, a argumentação corresponde a uma técnica de organização dos discursos de modo a melhor expressar os pontos de vista do enunciador.

Tratando ainda da trajetória dos estudos referentes à argumentação, convém mencionar Perelman e Tyteca (1996) que atualizaram os estudos retóricos. Estes autores ajustaram à nossa época os conceitos propostos por Aristóteles e suscitaram uma discussão acerca do ato de convencer e do ato de persuadir que são os dois vértices da argumentação.

Convencer, nessa perspectiva, é falar à razão do outro dirigindo-se a um auditório universal, ao passo que persuadir é falar à emoção do outro, dirigindo-se a um auditório particular. Um auditório particular é aquele composto por indivíduos de uma determinada classe, a classe médica, por exemplo. Em contrapartida, um auditório universal é aquele composto por indivíduos de qualquer classe desde que sejam racionais. Todavia, cabe observar que uma argumentação, independentemente do auditório ou público ao qual se destine, tem uma intenção e, muitas vezes, é esta intenção que, atrelada aos argumentos, às marcas linguísticas e a outros fatores, irá culminar em convicção ou persuasão.

Independentemente, da época ou da ótica, a organização, o raciocínio, o ato de convencer ou de persuadir se efetivam no uso da língua. Desse modo, há outra forma de conceber a argumentação, isto é, se considerarmos a perspectiva linguística, podemos dizer que a escolha de uma palavra já é elemento constitutivo de argumentatividade. Sobre isso Ducrot (1989, p. 18), a partir da noção de frase, postula que “A significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode, e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados”.

Na língua há, portanto, pistas que encaminham os enunciados para determinados objetivos. Tais pistas são designadas marcas linguísticas da argumentação e podem ser

representadas por vários elementos da língua, tais como: as pressuposições, os implícitos, os operadores argumentativos, certos modos e tempos verbais e, finalmente, os modalizadores entre outros.

Cada marca introduz no enunciado em que está inserida uma determinada orientação, uma determinada instrução de sentido. Assim, o locutor se posiciona como eu e o interlocutor interpreta esse posicionamento. Então, “a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade”. (Koch, 2009:15)

A argumentação é, então, fator basilar em uma língua, através da argumentação os sentidos são apreendidos pelos participantes do ato enunciativo. A argumentação é, pois, inerente à língua. Marcamos nossos enunciados, deixamos neles nossas impressões, indicamos nosso grau de comprometimento. As escolhas linguísticas que fazemos mostram nossos pontos de vista, instituem sentidos. Portanto, à argumentação na língua, resulta do homem agindo através desta língua e tentando fazer agir por ela. Conceber argumentação no âmbito linguístico é abordar, portanto, o aspecto semântico-pragmático da língua.

4.2) As marcas linguísticas da argumentação

Partindo da premissa de que a argumentação é inerente à língua e estrutura todo discurso, cumpre saber como isso se dá, como essa argumentação se manifesta na materialidade linguística. Em conformidade com Koch (2009), explanaremos sobre as marcas linguísticas da argumentação.

Podemos citar, inicialmente, as *pressuposições*, que pertencem ao grupo das formas implícitas, ou seja, das informações não declaradas. Estão ligadas à sintaxe da língua, isto é, são linguisticamente marcadas.

Outra marca linguística da argumentação é o *subentendido*. Este não está inscrito na língua, não é possível identificá-lo através da estrutura do enunciado. O subentendido deve ser *decifrado* pelo outro, pelo interlocutor.

Entre os recursos linguísticos que materializam a argumentação estão também os *operadores argumentativos*, termo cunhado por Ducrot, para designar recursos da língua que têm a finalidade de indicar a força argumentativa dos enunciados. Estes operadores são: os conectivos mas (o operador argumentativo por excelência segundo Ducrot), *porém, embora, já que, pois, aliás, até, além do mais*.

Outra marca linguística da argumentação, a *polifonia*, refere-se a um fenômeno através do qual se fazem ouvir, no mesmo enunciado, diversas vozes, que falam de perspectivas, de pontos de vista diferentes. O locutor pode ou não se identificar com esses pontos de vista, entretanto a sua ocorrência em um enunciado provoca encadeamentos discursivos distintos, pois, recorrendo a diferentes vozes, o locutor pode se eximir de certa reponsabilidade, ou pode respaldar o conteúdo do seu enunciado.

Citamos, finalmente, os *modalizadores* são indicadores do grau de engajamento, de comprometimento do locutor com o seu enunciado. São a lexicalização, a materialização linguística das modalidades e podem ser representados por advérbios (*provavelmente, possivelmente, necessariamente, certamente*), auxiliares modais (dever, poder, querer, precisar), verbos de atitude do campo proposicional (*eu creio, eu sei, eu acho, eu duvido*),

modos e tempos verbais (uso do futuro do pretérito com valor de probabilidade, uso do imperativo, do subjuntivo, predicados cristalizados: é preciso, é necessário, é inaceitável, é incocebível etc.

Essas são, então, as principais marcas linguísticas da argumentação. Marcas que comprovam a tese de Ducrot de que a argumentação está inscrita na língua. Interessou-nos apresentar, sucintamente, os meandros da língua e, especialmente, o aspecto argumentativo inerente à língua e à condição humana, uma vez que, na produção de nossos textos, ainda que afirmemos o contrário, nosso intuito é um só: levar o outro a aderir aos nossos pontos de vista.

5) Modalização

Ao produzirmos nossos enunciados, não o fazemos de forma neutra, descompromissada. Os enunciados que produzimos estão impregnados das nossas impressões, dos nossos juízos. Assim, podemos dizer algo de uma certa forma, de um certo modo. Esse modo indica o nosso grau de comprometimento com o que dizemos, podemos nos comprometer mais ou menos com o que dizemos, mas sempre nos implicamos em nossos enunciados. Assim, dá-se a modalidade, cujo começou a ser feito pelos lógicos, que reconheceram três tipos básicos de modalidade: a modalidade alética, que se relaciona com a verdade do conteúdo proposicional; a modalidade epistêmica, referente ao eixo da crença, do conhecimento, que transmite noções como as de certo, provável, possível; e a modalidade deôntica, que diz respeito ao eixo da conduta, da normas, e transmite noções como as de necessidade, obrigatoriedade e proibição.

O estudo de tais noções estenderam-se para o âmbito linguístico, todavia as investigações sobre a modalidade se diferenciam dos estudos supracitados pelo cunho subjetivo. Assim, segundo Coracini (1991, p.113) a modalidade “é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia”.

A modalidade, quando é colocada em ação, ganha um aspecto discursivo e é expressa pela língua. Temos então, a modalização, que é a estratégia veiculadora dos posicionamentos e graus de engajamentos do enunciador. A modalização refere-se, então, ao uso da modalidade. Segundo Cabral (2010) a modalização diz respeito à aplicação dos conceitos da modalidade ao ato enunciativo. Ou seja, a modalização é a operacionalização, a lexicalização dos conceitos da modalidade. De acordo com Koch (2009), a modalidade pode ser expressa por vários recursos linguísticos, alguns são: auxiliares modais (*poder, dever, precisar, querer*), advérbios modalizadores (*certamente, provavelmente* etc.), predicados cristalizados (*é preciso, é necessário, é provável* etc.)

Sobre a modalização deôntica, objeto deste trabalho, cumpre mencionar que ela veicula no enunciado uma relação de poder. Como está ligada ao eixo da conduta, visa provocar no outro uma mudança de comportamento. Para que isso ocorra, o locutor deve ser, ou acreditar que é, alguém com legitimidade para impor determinado tipo de comportamento. Nesse sentido, apesar de a modalização ser um fator desencadeado pela interação e de podermos recuperá-la por meio dos recursos linguísticos que a representam, há também um componente extralinguístico que influencia seu uso e os efeitos que ele provoca.

6) Os gêneros textuais

6.1) Conceituação

O homem é um ser social e, nessa condição, comunica-se, interage. Tais ações não se dão através de frase isoladas, mas através de textos que se materializam em gêneros. Os gêneros são tipos de texto, orais ou escritos, que circulam na sociedade, possuem características estruturais peculiares e variáveis e visam atingir determinados fins sociais e comunicativos.

Existem diversas perspectivas que tentam definir gênero, mas não há uma categorização, uma conceituação definitiva. Cabe, então, tratar os gêneros de acordo com as reflexões que melhor explicitem o que estes representam para e na sociedade.

Segundo Bazerman (2006), os gêneros são *fenômenos de reconhecimento psicossocial*, isto é, ao usarmos um gênero o fazemos por reconhecermos nele um fato social, por sabermos que este molda, direciona, organiza nossas atividades. Reconhecemos um gênero pelas particularidades que acenam para sua função sócio-comunicativa, ou seja, reconhecemos os traços que garantem o cumprimento de sua finalidade.

Nesse viés, é relevante ressaltar uma noção concernente aos gêneros que é denominada domínio discursivo. Segundo Marcuschi (2002), essa expressão é usada para indicar uma instância da atividade humana que propicia a produção e o reconhecimento de determinados gêneros textuais. Sob esta perspectiva temos o domínio religioso, o domínio jurídico, o domínio político, o domínio acadêmico, o domínio jornalístico entre outros. Em cada uma dessas esferas encontramos textos típicos de uma rotina comunicativa.

Não obstante, os gêneros tenham suas regularidades estruturais, não são formas engessadas, estratificadas. De acordo com Bakhtin (1997, p. 279), *são tipos relativamente estáveis*, pois podem ter a sua configuração modificada em benefício das atividades e das necessidades comunicativas.

Diante dessas explanações, concordamos com Bazerman (2006) para quem dominar e produzir determinado gênero é agir. Dessa forma, internalizar um gênero e compreender o seu funcionamento é movimentar-se na sociedade e saber exercer os diversos papéis que esta propõe.

6.2) O gênero textual artigo de opinião

Os gêneros textuais são produzidos a partir de domínios discursivos, que são esferas da atividade humana. Mencionamos, anteriormente, os domínios jurídico, político, acadêmico, jornalístico, etc. Nesse último, são produzidos textos com funções diversas, e por isso pertencentes a gêneros diferentes. Citemos alguns deles, e suas respectivas funções: notícia, gênero de cunho informativo; carta de leitor, que trazem a opinião do leitor no que se refere a fatos sociais ou matérias publicadas pelo jornal; classificados, que têm a função básica de atrair potenciais compradores de imóveis e de carros, ou candidatos a empregos; editorial, que traz a opinião da instituição que o veicula; artigo de opinião, que visa a veicular uma opinião particular acerca de tema em voga na sociedade.

Em se tratando do gênero que é objeto de análise deste trabalho, pode-se dizer que é um gênero textual do domínio jornalístico, de cunho opinativo, que discute problemas de natureza política, religiosa, social, educacional etc., ou seja, problemas relevantes para a sociedade. O produtor deste gênero é o articulista, profissional que pode ou não pertencer ao quadro funcional da instituição para a qual escreve. É alguém que, para a sociedade, exerce um papel considerado relevante na área da discussão, é, portanto, um potencial formador de opinião.

Segundo Rabaça e Barbosa (2001), o artigo é um texto jornalístico interpretativo e opinativo, mais ou menos extenso que desenvolve um ideia ou comenta um assunto a partir de determinada fundamentação. Como este gênero circula em jornais e revistas e debate temas conflitantes para a sociedade, era de se esperar que uma grande parcela da população o lesse assiduamente, porém:

Os leitores do artigo de opinião, de modo geral, são pessoas que frequentemente leem determinado jornal ou revista e estão, de algumas forma, interessadas na questão polêmica por ele abordada, ou porque as afeta de maneira direta, ou porque se interessam pela discussão dos assuntos em pauta no meio social. No Brasil, país em que a leitura é um hábito de poucos cidadãos, pode-se afirmar que os leitores de artigos de opinião constituem uma elite sociocultural. (Silva, 2008, p.70)

Um gênero textual organiza, direciona nossas atividades. Nesse sentido, o artigo de opinião pelo seu conteúdo temático, pelo seu enunciador e pelo seu tom opinativo pode contribuir para algumas ações dos leitores, tais como: refletir sobre determinado fato, alterar um conceito referente à dada circunstância social, provocar uma tomada de posição no que concerne a um candidato; entre outras. Trata-se de um gênero que possibilita ao cidadão se posicionar; isso, na perspectiva sócio-retórica, é um fazer.

Para concluir as reflexões sobre o gênero em pauta, cabe mencionar que os textos que nele se enquadram desse gênero podem influenciar milhares de cidadãos. Assim, vale a pena estudar e analisar os seus aspectos composicionais, linguísticos e pragmáticos, a fim de que suas peculiaridades enunciativas sejam percebidas como um dos componentes essenciais para o seu funcionamento.

7) A modalidade em ação

Mostraremos agora alguns efeitos de sentido provocados pela modalização deôntica encontrada no gênero artigo de opinião, objeto de estudo deste trabalho. A modalização escolhida é a expressa por predicados cristalizados do tipo *é+adjetivo*.

O primeiro artigo: “*Maus hábitos*”, publicado em 12 de janeiro de 2009 no Jornal O Globo, traz uma discussão acerca dos hábitos alimentares do homem na sociedade atual. No sexto parágrafo (vide anexo 1) lança mão da seguinte declaração introduzida pelo predicado cristalizado:

(1) *É fundamental* encontrar um novo equilíbrio alimentar (...)

Esse uso enfatiza a *necessidade* da adoção de uma nova postura diante do quadro de obesidade que se desenrola no Brasil e no mundo. Tal uso inscreve-se no eixo da conduta, ou seja, é uma *modalização deôntica*. Aliado a este predicado está um fator semântico, observa-se que a escolha do adjetivo *fundamental* evidencia a questão da boa saúde, pois fundamental é o mesmo que essencial e a saúde o é.

O segundo artigo intitulado *Por uma ordem justa*, publicado no Jornal O Dia em 09 de janeiro de 2009, aborda os efeitos da ação “Choque de Ordem” realizada pela prefeitura do Rio de Janeiro. O artigo questiona a ação pelo fato desta não focalizar os verdadeiros problemas, que são os sociais. Lê-se logo no primeiro parágrafo do artigo:

(2) *é preciso* ter cuidado ao implantar a chamada “ordem urbana”. (...)

Essa expressão modalizadora se inscreve no eixo da conduta, está ligada aos valores morais. O articulista recomenda à prefeitura equilíbrio em suas ações, usando argumentos de cunho social. Embora esse uso veicule a noção de necessidade, veicula também um tom de aconselhamento. O articulista aconselha a prefeitura a ponderar suas ações. É possível notar, portanto, as relações de poder e de saber. Ou seja, o enunciador, como cidadão que também é, sabe o que a população considera melhor, e como articulista tem legitimidade para enunciar no campo valores morais.

O terceiro artigo analisado, “*Nossos erros já nos bastam*”, faz uma abordagem sobre a crise econômica que ocorreu no início de 2009. O artigo encontra-se no jornal *O Globo* do dia 09.04.2009, e apresenta uma peculiaridade: lança sobre o tema crise um olhar humano, sai do campo econômico para apontar, através de argumentos de cunho social, as verdadeiras causas da crise. O articulista usa uma expressão modalizadora no seguinte trecho, encontrado já no primeiro parágrafo:

(3) (...) para que algo falhe *é preciso* que não atinja o objetivo para o qual foi projetado (...).

O predicado cristalizado expressa a modalização deôntica inscrita no eixo da conduta. Transmite a noção de necessidade.

No mesmo artigo encontramos as seguintes ocorrências:

(4) “(...) as sociedades capitalistas necessitam de um estado que defenda a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos (...) por outro lado, para que floresçam, **é preciso** reprimir com vigor a frequente compulsão legiferante e o ativismo intervencionista de quem tem o poder nas mãos e, não raro, a pretensão de querer controlar os homens como quem mexe as peças inanimadas de um grande tabuleiro de xadrez”.

A expressão modalizadora em destaque enfatiza a tese do articulista, que não acredita na simples intervenção do governo como solução para a crise econômica. Para o articulista, a compulsão pela criação de leis e a “intervenção” do governo devem ser contidas, a fim de que as crises econômicas não sejam pretextos para os governos exercerem sua prepotência. Pelo arcabouço do texto, é possível perceber que o enunciador considera a atuação do governo prejudicial à situação crítica, uma vez que este estaria despreparado.

8) Considerações Finais

Diante das descrições acima realizadas, foi possível verificar que, no tocante à modalização deôntica, especificamente àquela expressa por predicados cristalizados, observa-

se que seu uso, em um texto, institui sentidos, mostra o ponto de vista do enunciador, mas também o retira da cena, pois é uma expressão impessoal. Observamos também que o nome ou a forma nominal do verbo que compõe o predicado cristalizado é fator relevante para a constituição do sentido, uma vez que o sema de cada palavra abarca uma série de conceitos e valores.

Interessa, ainda, observar que este tipo de modalização, quando encontrada em artigos de opinião, age como um *comando*, isto é, como o artigo de opinião é um gênero textual que tem a finalidade de veicular uma opinião particular acerca de assuntos conflitantes para sociedade, este recurso linguístico funciona como um dispositivo para tentar fazer o leitor refletir sobre os temas propostos. Na perspectiva pragmática da linguagem, é um fazer cognitivo.

Pretendeu-se, com este trabalho, verificar a ocorrência da modalização supracitada no gênero artigo de opinião a fim de perceber os efeitos que esta provocava e, principalmente, que sentido acrescentava ao discurso. As explanações aqui feitas objetivaram pôr mais um acento nos estudos sobre a modalização e, especificamente, na modalização deôntica, visto que este campo é ainda passível de muitas discussões.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. In: Estética da criação verbal. Tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAZERMAN, Charles. *Gêneros Textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2006, 3. ed.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 5.ed.Trad. Maria Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- BRANDÃO, Helena Nagamine Brandão. *Pragmática Linguística: Delimitações e Objetivos*. In: Retóricas de Ontem e de Hoje. Lineide do Lago Salvador Mosca (org.) 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2001, p. 161-182.
- CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, Ataliba T.; MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do Português Falado*. VII. Níveis de Análise Linguística. Campinas: Editora Unicamp/ Fapesp, 1996. P. 215-260.
- DUCROT, Oswald. *Estruturalismo e Enunciação*. In: Princípios de Semântica Linguística. Trad. Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 291-317.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. (Tradução de Eduardo Guimarães)
- DUCROT, Oswald. Argumentação e ‘Topoi’ Argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e Linguagem*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*.8.ed.São Paulo: Contexto, 2003.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Os gêneros do discurso*. In: ——. *Desvendando os segredos do texto*, São Paulo: Cortez, 2002, p. 53-60.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. “*Gêneros textuais: definição e funcionalidade*”. In: DIONISIO, Angela e outros (org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p.19-36.

NEVES, Maria Helena de Moura. “A modalidade”. In: Ingedore G. V. Koch (org.). *Gramática do Português Falado*. vol. VI: desenvolvimentos.2.ed. ver. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 2002, p.171-209.

NEVES, Maria Helena de Moura. Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem. In: *Texto e Gramática*. São Paulo, Contexto, 2006, p. 151-160.

PERELMAN, C. & TYTECA, L. O. *Tratado de Argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 2. ed.

SILVA, Antonio Ribeiro. *Gênero Artigo de Opinião na perspectiva sócio-retórica*. 2008. 153 f. Dissertação (mestrado em Língua Portuguesa) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Disponível em: <http://sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7698>. Acesso em: 10/01/2009.

ANEXOS

ANEXO A

Nossos erros já nos bastam

JOÃO LUIZ MAUAD

É recorrente, especialmente em tempos de crise, a velha falácia de que os mercados falham e por isso é preciso que os governos intervenham para corrigi-los e reorientá-los. Ora, para que algo falhe é preciso que não atinja o objetivo para o qual foi projetado, ou que seria capaz de alcançar caso trabalhasse com precisão. Por exemplo: um relógio que não marca a hora, um carro que não anda, um jogador de futebol que chuta para fora, mesmo embaixo do gol vazio, uma empresa que não obtém lucro em suas atividades.

O mercado não é um objeto, um sujeito, uma organização. Dele não se pode esperar que atinja determinado objetivo previamente programado ou que funcione perfeitamente. O mercado é um processo complexo e espontâneo, que envolve o intercâmbio de produtos e serviços em larga escala. Um processo, derivado da divisão do trabalho, em que cada agente planeja e age buscando satisfazer os respectivos interesses.

Quando alguém alega que “o mercado falhou”, atribui a este mero conceito abstrato determinadas obrigações e objetivos que o dito-objeto jamais poderia satisfazer. O mercado não existe, como acreditam alguns, para suprir as necessidades de todos, dar emprego e bons salários a cada um ou transformar-nos em seres igualmente inteligentes, sagazes, dedicados e, conseqüentemente, ricos e prósperos. Ele tampouco pode evitar que os indivíduos façam escolhas erradas, tenham desejos e ambições diferentes, trabalhem, consumam

ou poupem uns mais do que os outros. Como se vê, são os seres humanos — essas eternas vítimas de seus próprios impulsos e paixões — que falham. A liberdade de escolha é que traz embutida a possibilidade de equívocos.

A alegação de mau funcionamento do mercado é usada amiúde para justificar que os governos metam o beldelho na economia. Porém, as ações dos agentes públicos também não são isentas de imperfeição ou imunes à falibilidade intrínseca ao restante da Humanidade, razão pela qual tantas intervenções, ainda que desenhadas com o intuito de ajudar, acabam aumentando os problemas.

Assim, se por um lado é inquestionável que as sociedades capitalistas necessitam de um Estado que defenda a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos, garanta a execução dos contratos, proveja regras claras de boa conduta e uma justiça impessoal, por outro, para que floresçam, é preciso reprimir com vigor a frequente compulsão legiferante e o ativismo intervencionista de quem tem o poder nas mãos e, não raro, a pretensão de querer controlar os homens como quem mexe as peças inanimadas de um grande tabuleiro de xadrez.

A menos que fossem seres onipotentes e oniscientes, os agentes públicos não podem conhecer nem um milionésimo do cotidiano de uma economia complexa, sendo-lhes impossível obter as informações de que necessitariam para planejar ou gerenciar consistentemente o mercado, pois elas encontram-se dispersas no interior de uma formidável e altamente dinâmica cadeia de relações interpessoais. Na

verdade, os indivíduos que atuam em nome do Estado não conhecem nem uma ínfima parcela das pessoas, dos fatos e das circunstâncias que envolvem cada transação econômica. Aliás, não é outra a razão por que as experiências de planificação e dirigismo estatal ao redor do mundo redundaram sempre em fulgurantes fracassos.

A grande vantagem de se manter o governo o mais longe possível dos mercados deriva do fato de que, enquanto o alcance dos erros individuais é restrito, eventuais falhas de governo derramam seus efeitos nocivos sobre toda a sociedade. Por conta disso, já dizia Benjamin Constant, é muito mais difícil — e leva muito mais tempo — sanar os danos causados por uma norma legal equivocada do que os prejuízos advindos das ações e escolhas individuais.

Seria ótimo se os servidores públicos e os políticos, ao assumir seus cargos, fossem irrigidos por Deus com as virtudes restritas da sabedoria, da honestidade, da abnegação, da lealdade, do altruísmo, além de vacinados contra os vírus altamente infecciosos da lambança, do egoísmo, da arrogância e da vaidade. Como a realidade, infelizmente, é muito diferente disso, a melhor receita ainda é a liberal, que consiste em restringir ao mínimo o poder concedido ao Estado e, conseqüentemente, aos seus falíveis mandatários. Nossos próprios erros já nos bastam — e custam-nos caro. Por que pagar também pelos erros de gente que, na grande maioria das vezes, não está nem aí para quem paga a conta?

JOÃO LUIZ MAUAD é administrador de empresas.

ANEXO B



ANEXO C

Chico Alencar: Por uma ordem justa **Professor de História e deputado federal (PSOL-RJ)**

Rio - O lema “Ordem e Progresso” tem significado “ordem” para os de baixo e “progresso” para os de cima. Por isso, é preciso ter cuidado ao implantar a chamada “ordem urbana”. Toda cidade precisa de regras coletivas que permitam convivência. Mas entender que “ordem” é só retirar mendigos e camelôs das calçadas é tratar de maneira superficial problemas que são estruturais. E, de certa forma, “enxugar gelo”, pois os fatores que produzem moradores de rua e trabalhadores ambulantes – que são pessoas e não coisas! – não acabarão.

Quem mora na rua não está ali por gosto: chegou a essa degradação em função da falta de oportunidade de estudo e trabalho, por desajustes familiares ou foi expulso, por algum poder despótico, do lugar onde vivia. Quem fica de sol a sol vendendo mercadorias não tem entusiasmo especial por este incerto ganha-pão. Preferiria a tranqüilidade de uma carteira assinada.

Há raízes sociais que provocam essa “desordem”. Só um programa articulado com políticas sociais poderá reduzir, progressivamente, o drama da população vivendo nas ruas. Casas da acolhida, educação integral, recuperação dos laços familiares, atendimento continuado de saúde são fundamentais.

Só o desenvolvimento econômico equilibrado, com investimento em cursos profissionalizantes e abertura de postos de trabalho, reduzirá o comércio ilegal. Sua legalização, em mercados populares, sem contrabando, alternativos ao monopólio dos shoppings, é o caminho. Desde 1992 há uma lei, jamais aplicada, que disciplina o comércio ambulante no Rio.

Por fim, que se ataque a “desordem” dos poderosos, que avançam sobre calçadas, corrompem os agentes públicos e consideram que a cidade é só deles. O Rio é de todos!

Disponível em:

http://odia.terra.com.br/opiniaio/htm/chico_alencar_por_uma_ordem_justa_222575.asp